

**BREVE ANÁLISE
ECONÓMICO-FINANCEIRA
DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO –
SETEMBRO DE 2015**



Portimão
Câmara Municipal

Introdução

O presente relatório sintetiza a situação económico-financeira do Município de Portimão relativamente a Setembro de 2015, subdividido em vários capítulos de indicadores.

Do ponto de vista orçamental:

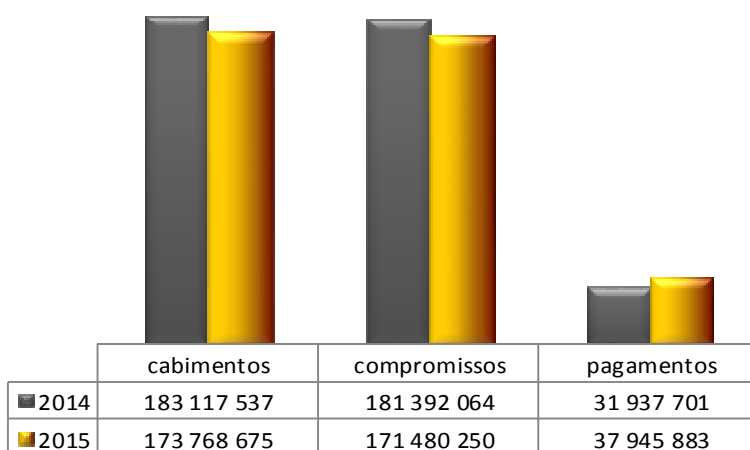
Até ao mês de Setembro, foram efetuados **cabimentos** no montante de **173.768.675,39€**, os quais, representam cerca de **89,6%** do valor total do orçamento da despesa para 2015 (**193.873.058€**), valor do orçamento aprovado pela Assembleia Municipal.

Acresce, que os cabimentos registaram um decréscimo na ordem dos **-5,1%** (**menos 9.348.862€**) relativamente ao mesmo período de 2014.

Quanto ao montante de **compromissos**, ascenderam a **171.480.249,82€**, representando cerca de **88,4%** do total do orçamento da despesa para 2015.

Face ao período homólogo de 2014, registou-se um decréscimo na ordem dos **-5,5%** (**menos 9.911.814€**).

BALANCETE DA DESPESA - Setembro 2014/2015



Os cabimentos e os compromissos assumidos registados até Setembro de 2015, foram em grande parte, resultado de compromissos assumidos em anos anteriores, com reflexos extremamente fortes no Orçamento das Despesas de 2015, bem como, no cálculo dos Fundos Disponíveis para assunção de novos compromissos.

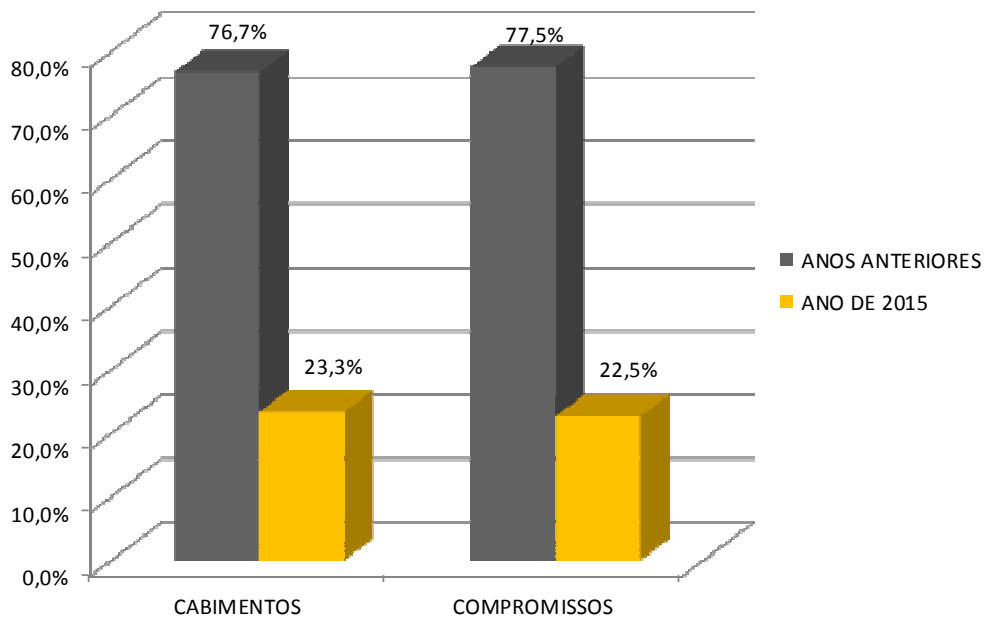
De facto, os cabimentos transitados, representam cerca de **76,7% do total cabimentado em Setembro de 2015 (133.302.510€)**, enquanto que os compromissos transitados representam cerca de **77,5% do total dos compromissos registados em Setembro de 2015 (132.815.023€)**.

PESO DOS CABIMENTOS E COMPROMISSOS RELATIVOS A ANOS ANTERIORES E DO ANO DE 2015

Un: euros

	TOTAL	EXECUÇÃO ORÇAMENTO 2015	ANOS ANTERIORES	%	ANO DE 2015	%
CABIMENTOS	173 768 675	89,63%	133 302 510	76,71%	40 466 165	23,29%
COMPROMISSOS	171 480 250	88,45%	132 815 023	77,45%	38 665 227	22,55%
ORÇAMENTO PARA 2015	193 873 058					

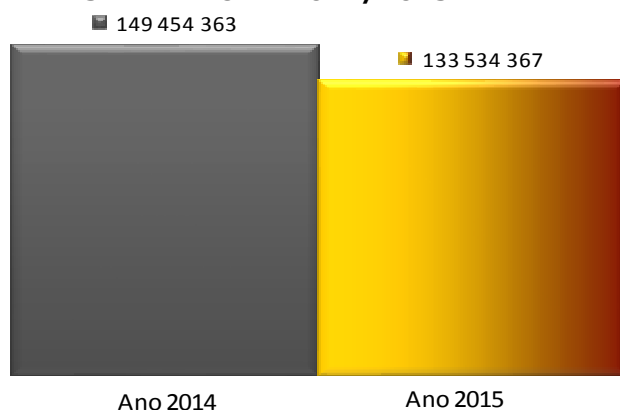
Peso dos Cabimentos e Compromissos Relativos a Anos Anteriores e do Ano de 2015



Por seu lado, o montante de compromissos assumidos e não pagos atingiram no final de Setembro de 2015, os 133.534.157€, quando no período homólogo de 2014, tinha alcançado os 149.454.363€, menos 15.919.996€ (-10,6%), conforme gráfico seguinte. Apesar de este índice ainda apresentar valores muito elevados, regista-se uma evolução muito positiva face ao período homólogo, o que demonstra o esforço de, por um lado melhorar o rigor da realização da despesa e por outro, uma melhoria na disponibilidade de tesouraria que permite reequilibrar as responsabilidades em dívida.

Como anteriormente referido, os compromissos até Setembro de 2015 atingiram os 171.480.250€, dos quais, 132.815.023€ (77,5% do total), dizem respeito a anos anteriores e 38.665.227€ (22,5% do total), ao exercício de 2015.

EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS E NÃO PAGOS SETEMBRO DE 2014/2015



Por seu lado, o montante de faturas registadas no Município nos primeiros nove meses de 2015, ascendeu a 158.411.136€, dos quais, 132.595.102€ (83,7% do total), são referentes a exercícios anteriores e 25.816.035€ (16,3% do total), são do ano de 2015.

Até Setembro de 2015, foram feitos pagamentos no montante de 37.945.883€, dos quais, 20.021.764€ (52,8% do total), dizem respeito ao ano em curso e 17.924.120€ (47,2% do total), a anos anteriores, conforme consta nos quadros seguintes.

Por outro lado, ao nível da contabilização dos compromissos assumidos pelo Município de Portimão, e como anteriormente já referido, 132.815.023€, estão contabilizados no próprio exercício, com fortes reflexos no cálculo dos Fundos Disponíveis.

Contudo, 30.667.741,59€, são compromissos contabilizados em exercícios futuros. Este montante diz essencialmente respeito, a compromissos do Município com amortizações de capital dos empréstimos de médio e longo prazo a vencerem-se nos próximos exercícios económicos de acordo com os respetivos planos de amortização, a contratos de prestação de serviços, a contratos-programa, a protocolos ou outros instrumentos de carácter plurianual.

EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS - SETEMBRO DE 2015

COMPROMISSOS	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
REQUISITADOS / ASSUMIDOS	132 815 023 €	38 665 227 €	171 480 250 €
FATURADOS	132 595 102 €	25 816 035 €	158 411 136 €
PAGOS	17 924 120 €	20 021 764 €	37 945 883 €

CONTABILIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS - SETEMBRO DE 2015

COMPROMISSOS	MONTANTE CONTABILIZADO
DE ANOS ANTERIORES	132 815 023,00 €
DO ANO	38 665 226,82 €
TOTAL CONTABILIZADO NO EXERCÍCIO	171 480 249,82 €
ANOS SEGUINTE	30 667 741,59 €
TOTAL CONTABILIZADO NO EXERCÍCIO + EXERCÍCIOS FUTUROS	202 147 991,41 €

Apesar da inversão da tendência, ainda se verifica um elevado montante de compromissos assumidos e não pagos. Esta realidade demonstra claramente as dificuldades de tesouraria que o Município de Portimão atravessou nos últimos cinco anos.

Esta evolução significativamente positiva nos montantes dos cabimentos e compromissos do exercício, representa uma inversão na metodologia da execução orçamental do Município de Portimão à qual não serão alheias as medidas de contenção da despesa implementadas pelo executivo municipal, a vinculação ao plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal de Portimão e ainda à aplicação da lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

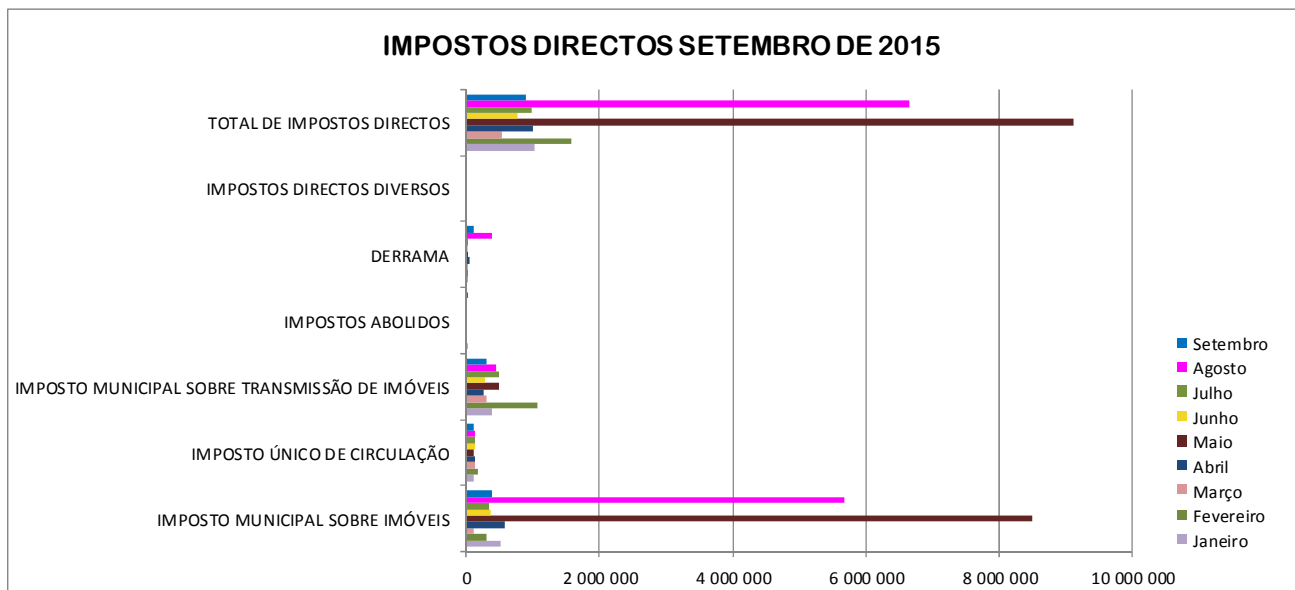
EVOLUÇÃO DA RECEITA

A receita até Setembro de 2015, registou um acréscimo absoluto em cerca de 5,8 milhões de euros (+17,8%), face ao mesmo período de 2014, conforme mapa comparativo da receita cobrada.

Numa análise mais pormenorizada, podemos constatar que no total das receitas, 85,9% correspondem a "Receitas Correntes". No total destas, 58,5% dizem respeito à rubrica de "Imposto Directos".

Assim, verificamos pela apreciação do gráfico, que foi no mês de Maio que o IMI teve a sua maior receita com cerca de 8,5 milhões de euros (7,9 milhões de euros em período homologado de 2014), ocorrendo neste mês uma receita de IMI em cerca de 380,5 mil euros (860,7 mil euros em período homologado de 2014), sendo este que contribuiu para 74,3% da receita do total dos "Impostos Directos".

O município arrecada o produto do IMI no mês subsequente ao do pagamento. O mês de Fevereiro, registou nas rubricas "Imposto Único de Circulação" e "Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis", a sua maior receita absoluta do ano. Foi no mês de Agosto, que a "Derrama" registou o maior volume de receita com cerca de 384,2 mil euros, sendo que o impacto desta receita se verifica no 2º semestre do ano.



O seguinte gráfico demonstra a evolução e a contribuição das várias rubricas no total da receita corrente. Assim, a rubrica de "Impostos Diretos" representa a maior contribuição para as receitas do Município com pequenas oscilações mensais excetuando-se o mês de Maio e Agosto.

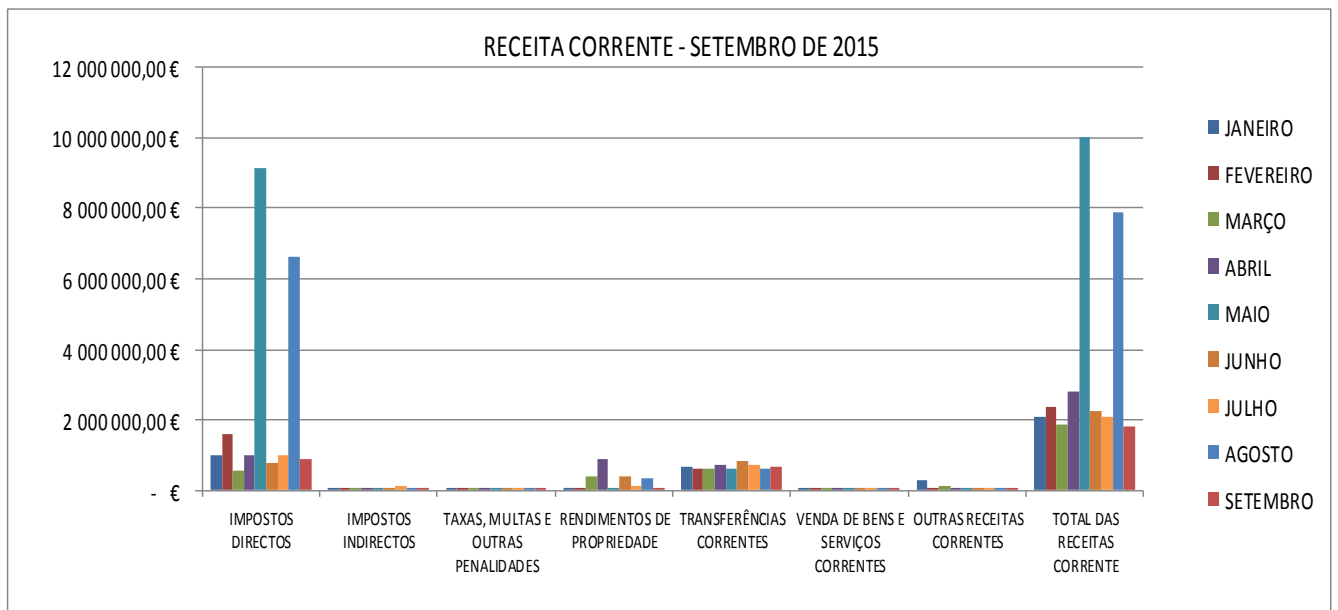
Foi no mês de Julho que se registou o maior volume de receitas para os "Impostos Indiretos" com cerca de 106 mil euros, relativamente as "Taxas, Multas e Outras Penalidades" foi no mês de Agosto que se registou o maior volume desta receita com cerca de 81,8 mil euros.

As receitas de "Rendimentos de Propriedade", foi em Abril que se registou a receita mais elevada com cerca de 900,9 mil euros, resultado da distribuição dos dividendos por parte das empresas participadas pelo Município de Portimão.

No que diz respeito às "Transferências Correntes", em Julho representaram o maior volume de arrecadação de receita na ordem dos 843,9 mil euros. No mês de Julho registou-se também o valor máximo de receita para as "Venda de Bens e Serviços Correntes" com cerca de 82,2 mil euros.

Por último, na rubrica "Outras Receitas Correntes" verificou-se uma oscilação média dos 90 mil euros, muito inferior ao arrecadado no início do ano em cerca de 262,7 mil euros.

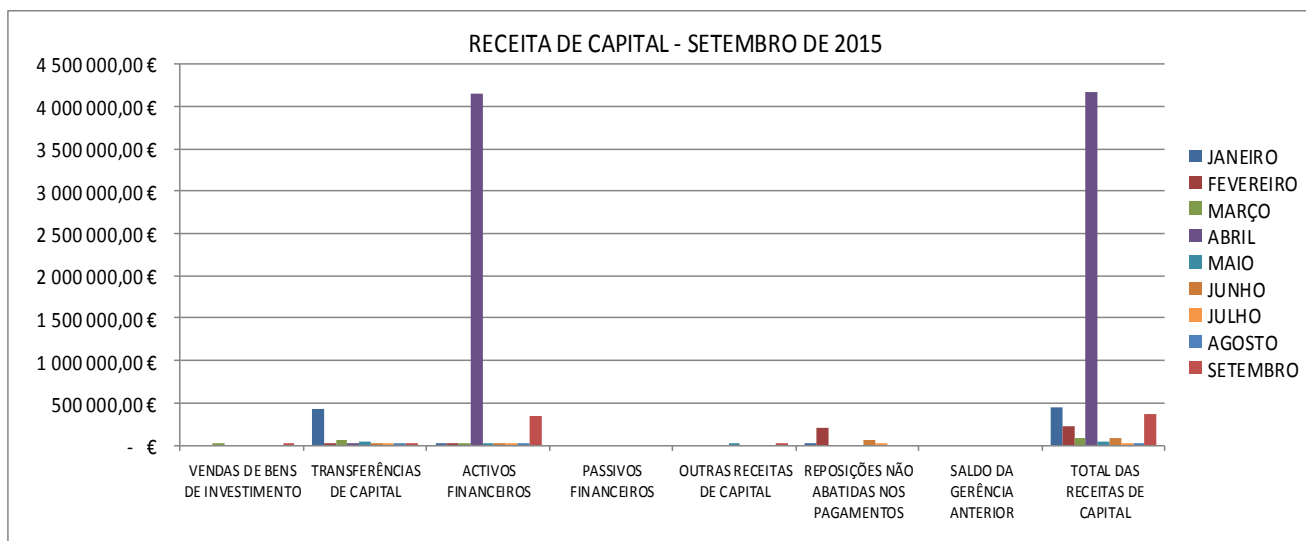
Na globalidade, o mês Maio foi onde se registou o maior volume de receita arrecadada, aproximando-se a este valor o mês de Agosto, contribuindo fundamentalmente a rubrica de "Impostos Diretos", nomeadamente a arrecadação da receita de IMI.



O gráfico infra representa a evolução das receitas de capital registadas até Setembro de 2015. Assim a rubrica de "Vendas de Bens de Investimento", registou no mês de Março o valor máximo de cerca de 7,2 mil euros com venda de terrenos, apesar de ocorrer registo no mês corrente em cerca de 5,1 mil euros pela venda de uma fração destinada a habitação familiar.

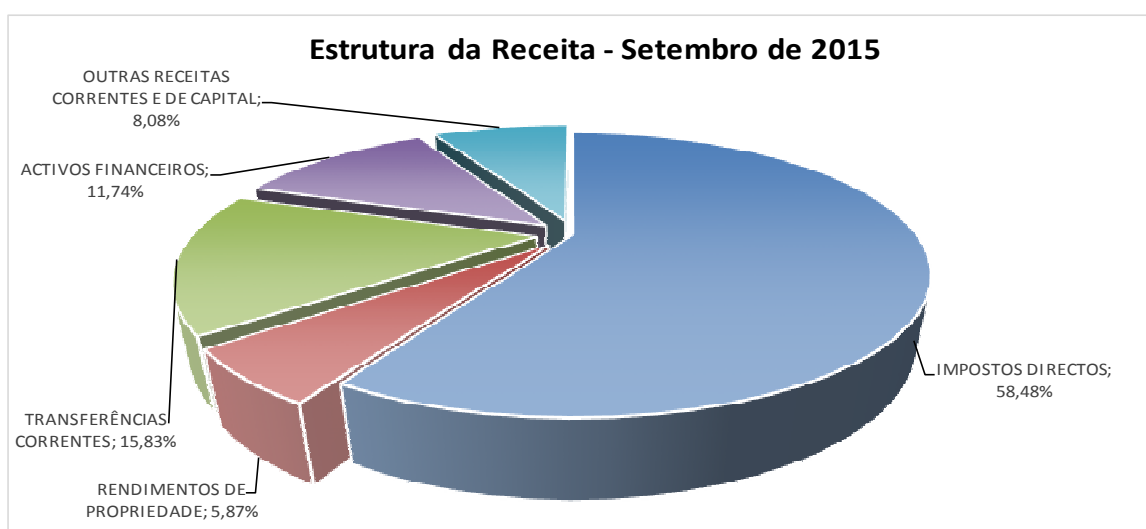
No que diz respeito aos "Ativos Financeiros", ocorreu em Abril a arrecadação da transferência de redução do capital social da EMARP, E.M. medida prevista em sede do PAF, no valor de 4,1 milhões de euros.

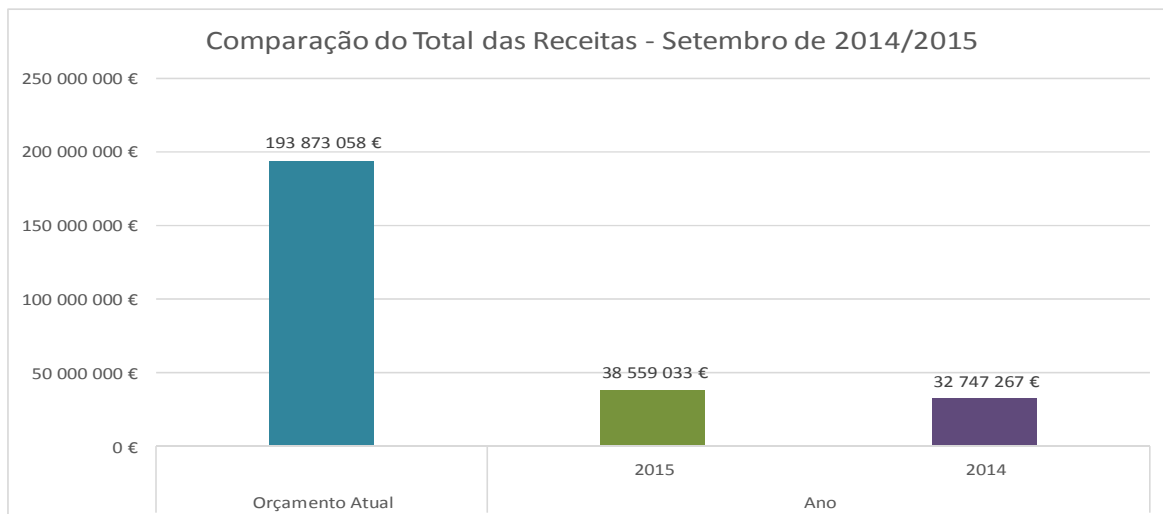
Da análise destes nove meses do ano, verificou-se que no mês de Fevereiro, se registou a maior receita arrecadada na rubrica "Reposições não Abatidas nos Pagamentos", com um valor de 200 mil euros. No global, continua a ser o mês de Abril o que mais registou o maior volume de receita de capital, com cerca de 4,1 milhões de euros, os quais, foram alavancados pela rubrica "Ativos Financeiros", motivado pelo anteriormente descrito.



Face ao orçamentado para a receita de 2015, registou-se uma execução na ordem dos **19,9% (38.559.033,08€)**, distribuídos pela seguinte forma: **58,5% de Impostos Diretos, 15,8% de Transferências Correntes, 11,7% Ativos Financeiros, 5,9% Rendimentos de Propriedade, e 8,1% de Outras Receitas Correntes e de Capital**, correspondendo ao somatório dos valores residuais das restantes rubricas. Os **Impostos Diretos** no mês de Setembro tiveram a seguinte distribuição; **74,3% Imposto Municipal sobre Imoveis, 5,1% Imposto Único de Circulação, 17,8% Imposto Municipal sobre Transmissão de Imoveis e 2,6% para a Derrama.**

Citando o Anuário Financeiro (2014) destaca-se que os Impostos Diretos são repartidos por: 60,5% IMI (Imposto Municipal sobre Imoveis), 20,1% IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imoveis), 10,3% IUC (Imposto Único de Circulação), 8,8% Derrama e 0,3% Impostos Abolidos.



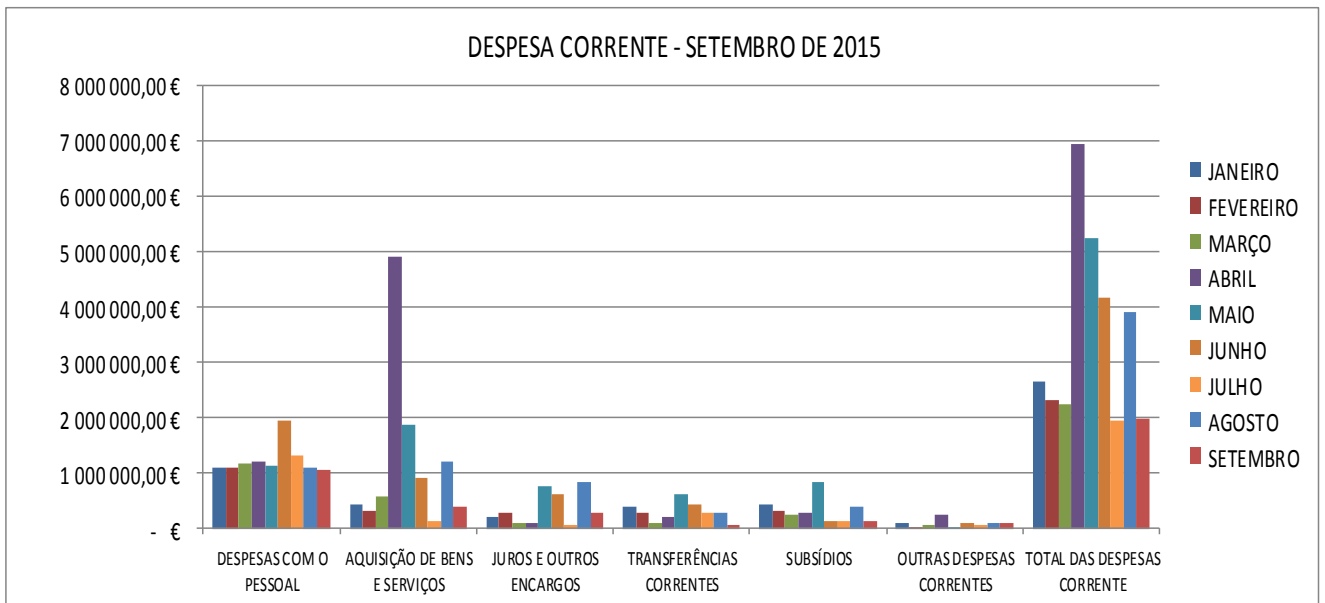


EVOLUÇÃO DA DESPESA

A análise da despesa até ao mês em análise, verifica-se que a Despesa Corrente alocou 82,7% (71% foi a média registada para todos os municípios em 2014) dos recursos financeiros, distribuindo-se pelas seguintes rubricas; Despesas com Pessoal 29,2% (30,9% média dos municípios), Aquisição de Bens e Serviços 28,4% (28,2% média dos municípios), Juros e Outros Encargos 8,5% (1,8% média dos municípios), Subsídios 7,7% (1,4% média dos municípios), Transferências Correntes 6,8% (7,3% média dos municípios), e Outras Despesas Correntes 2% (1,3% média dos municípios).

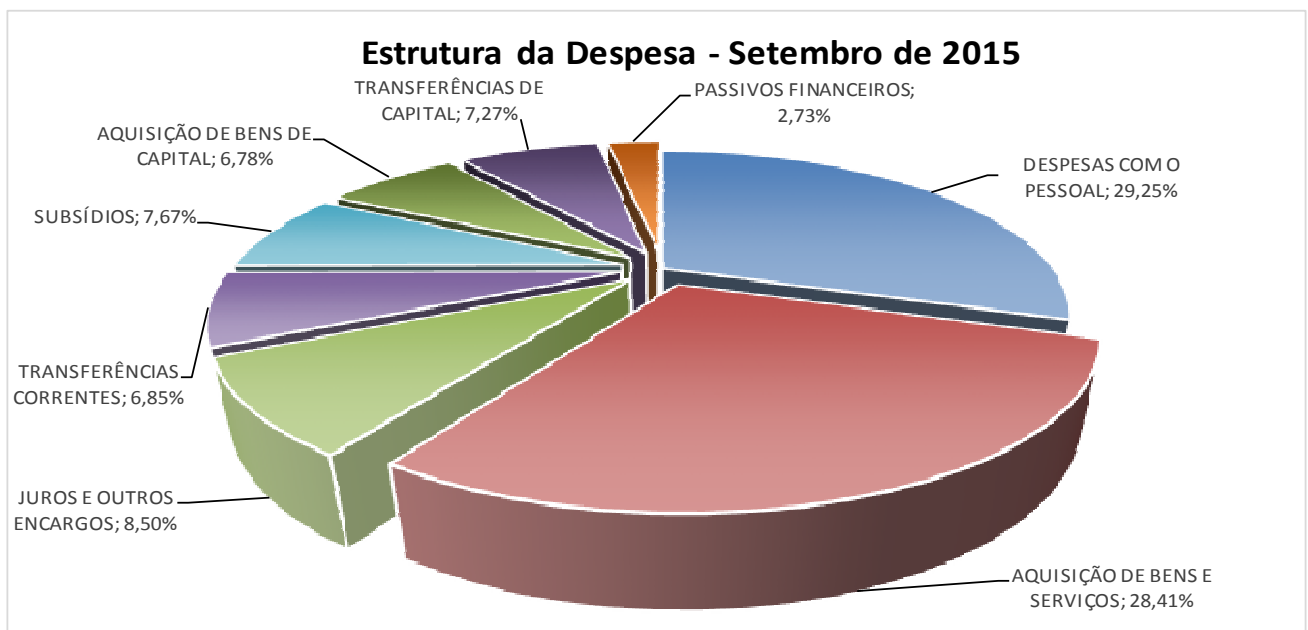
O Total da Despesa Corrente é essencialmente suportado pelo somatório das "Despesas com Pessoal" e "Aquisição de Bens e Serviços", as quais perfazem cerca de 69,7% do Total das Despesas Correntes. Durante o período em análise, foi em Abril, que se registou o maior volume de despesa, contribuindo para isso, a liquidação de faturas em atraso com valores até 50 mil euros, crescendo significativamente a rubrica "Aquisição de Bens e Serviços" e "Outras Despesas Correntes" nesse mês. As rubricas "Transferências Correntes" e "Subsídios" registaram no mês de Maio o maior volume de despesa, já em Agosto registou-se a maior despesa na rubrica de "Juros e outros Encargos".

Por outro lado, foi no mês de Junho que se registou na rubrica "Despesas com Pessoal" o volume mais elevado da mesma, devido ao pagamento do subsídio de férias.



Comparativamente ao mesmo período do ano transato, a Despesa Corrente acumulada até Setembro cresceu cerca de 30,6% (+7.363.350€), motivado pelas razões atrás explicadas, mas também pelo efeito de internalização de atividades da Portimão Urbis no Município de Portimão.

Durante o mês de Setembro incorreu-se numa Despesa Corrente do período em cerca de 1.986.358€, comparativamente com o mês homólogo de 2014 a mesma decresceu em cerca de 14,1% (-326.494€).

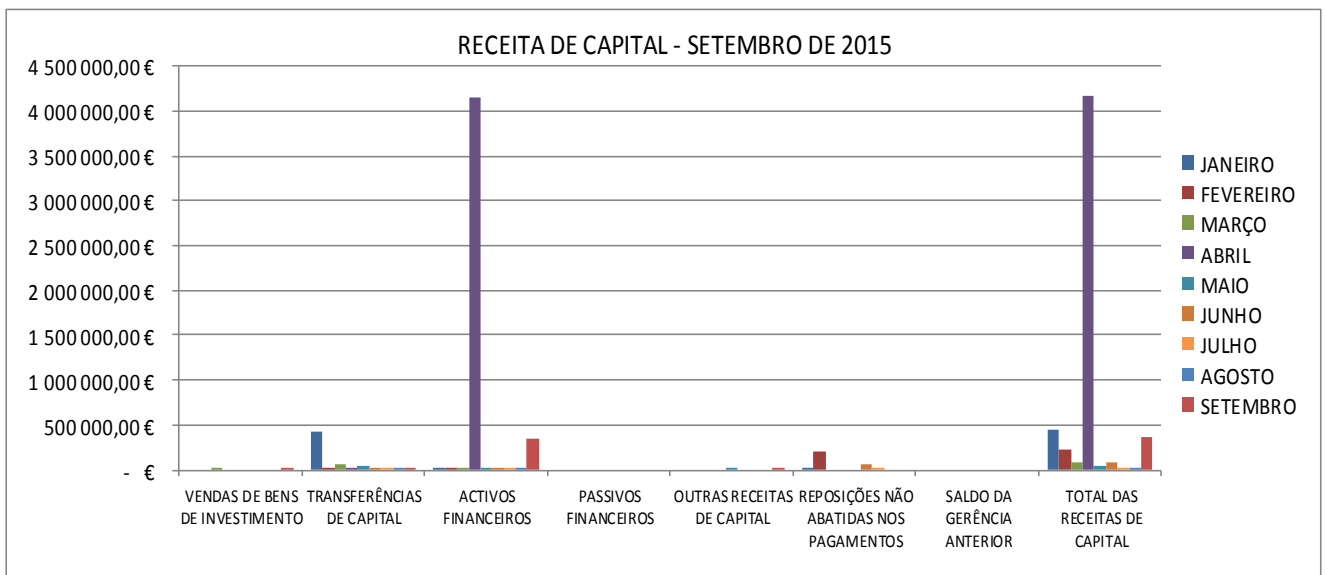


Relativamente à Despesa de Capital, esta representa cerca de 17,3% do Total da Despesa, contribuindo para isso as rubricas, de "Transferências de Capital" (7,3%) "Aquisições de Bens de Capital" (6,8%), Passivos Financeiros (2,7%). Nas restantes rubricas ("Ativos Financeiros" e "Outras Despesas de Capital"), a despesa foi praticamente nula.

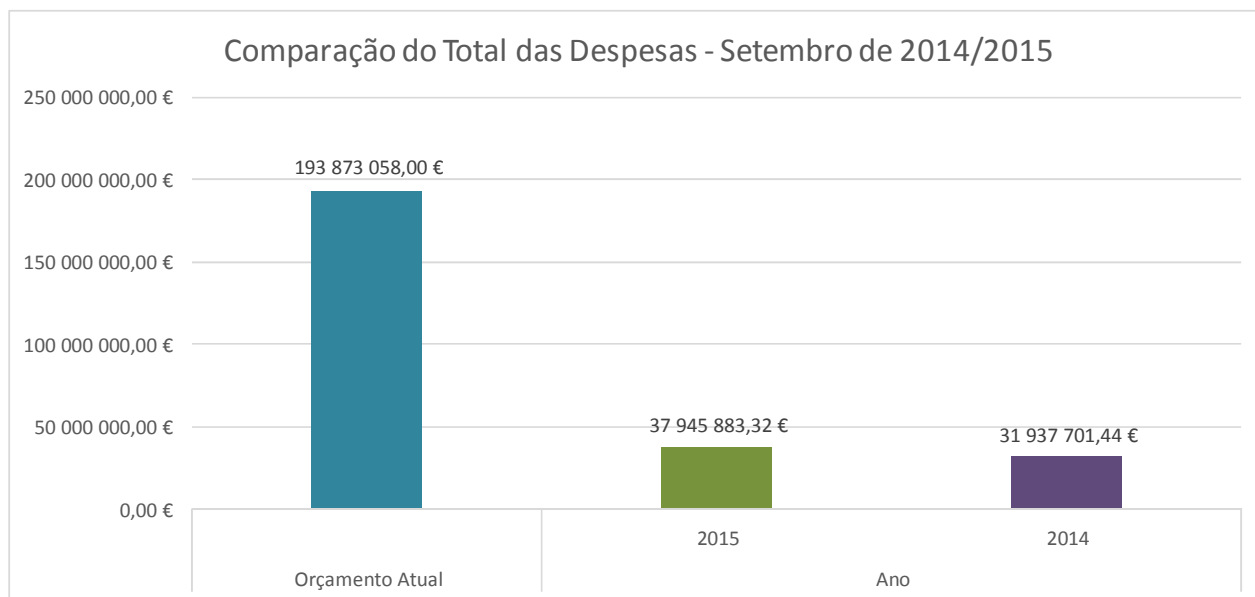
A fraca execução orçamental da despesa está fundamentalmente relacionada com o grande volume de dívida transitada.

Por seu lado, a Despesa de Capital acumulada até Setembro, comparativamente com o período homólogo de 2014, registou um decréscimo de 17,1% (-1.355.168€), no entanto, e já no que concerne à Despesa Total (Despesa Corrente + Despesa de Capital) acumulada, a mesma sofreu um acréscimo na ordem dos 18,8% (+6.008.182€).

A Despesa de Capital do período do mês de Setembro de 2015, comparativamente ao período homólogo de 2014, registou um decréscimo em cerca de 35,7% (-176.598€). No que concerne à Despesa Total (Despesa Corrente + Despesa de Capital) do período de Setembro, também se registou um decréscimo de cerca de 17,9% (-503.092€).



Por último, e mais uma vez registou-se uma forte correlação entre a receita arrecadada e a despesa paga.



ANÁLISE DOS DESVIOS DA RECEITA E DA DESPESA

A candidatura do Município de Portimão ao Fundo de Apoio Municipal, ainda se encontra na fase negociada com a Comissão Executiva do FAM. Este instrumento financeiro, suporta fundamentalmente um conjunto de obrigações assumidas e transitadas (dívida acumulada) que se refletem nos montantes de dotação orçamental, de cabimentos, de compromissos, e nos Fundos Disponíveis do presente exercício económico.

Contudo, e tendo em conta que o PAM – Programa de Apoio Municipal, ainda não foi aprovado, a análise dos desvios da execução orçamental até Setembro de 2015 será baseada no Plano de Ajustamento Financeiro em vigor no Município de Portimão.

Nesta análise, foi utilizado o critério orçamental anual, mas também a repartição duodecimal (mensal) para se aferir o grau de execução das várias rubricas.

DESVIOS DA RECEITA

A execução do Orçamento da Receita, até Setembro de 2015, registou um baixo grau de execução, **na ordem dos 19,9% (38,5 milhões de euros arrecadados)**, menos 155,3 milhões de euros (considerando o critério anual) e + 5,7 milhões de euros considerando o critério duodecimal. A taxa de execução média dos municípios portugueses durante o ano de 2014 situava-se em 78,7% conforme

anunciado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

A Receita Corrente, registou uma execução na ordem dos 79,4%, 33,1 milhões de euros, ficando acima do esperado para Setembro de 2015, em cerca de 5,8% arrecadando-se mais 1,8 milhões de euros face ao previsto (critério duodecimal).

No que diz respeito aos "Impostos Diretos", verificou-se uma execução orçamental de cerca de 83% face ao orçamentado (critério anual), com uma execução mais precisa, na ordem dos 12,8% face ao mesmo período de 2014. Para tal, contribuiu a boa execução do "Imposto Municipal sobre Imóveis", do "Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis" e da "Derrama" e uma aproximação mais rigorosa do valor orçamentado ao valor real.

Ao nível do desempenho dos "Impostos Indiretos", executou-se até Setembro de 2015, mais de metade do valor orçamentado para o ano corrente (79,3%), comparativamente ao período homólogo de 2014, melhorou-se a execução em 21,6%.

Quanto à rubrica de "Rendimentos de Propriedade", foi a que obteve o segundo melhor desempenho até ao final de Setembro, com uma execução de cerca de 80,1% (critério anual) e 6,8% superior ao esperado para o período corrente.

Relativamente às rubricas "Transferências Correntes" e "Venda de Bens e Serviços Correntes", e dado à sua natureza previsional, mantêm a sua estabilidade com uma execução de 75,6% e 81,1% (critério anual), superando ligeiramente o esperado para o período.

Por último, as rubricas "Taxas, Multas e outras Penalidade" e "Outras Receitas Correntes", dado à sua natureza imprevisível, registaram uma fraca execução, com taxas de 39,3% e 51,1% (critério anual).

Por seu lado, as Receitas de Capital, e não fugindo à regra dos anos anteriores, tiveram uma fraca execução orçamental, na ordem dos 3,6% do orçamentado (152.130.308,00€).

Recorde-se que nestas rubricas estão inscritos os montantes de empréstimos expeáveis no âmbito do FAM, na ordem dos 142 milhões de euros, correspondendo a cerca de 77,3% do total de receitas orçamentadas, influenciando negativamente o total da execução da receita pois a mesma até ao mês corrente ainda não foi executada.

Acresce ainda, que a candidatura ao FAM –Fundo de Apoio Municipal, foi formalmente entregue a 18 de Março e que ainda se encontra em análise por parte da Comissão Executiva (período negocial).

Foi a rubrica de "Ativos Financeiros", que influenciou positivamente as Receitas de Capital, nomeadamente com a operação de redução de capital da EMARP e subsequente transferência para o Município de Portimão no valor de 4.141.953,63€, com uma execução superior a 553,5% do orçamento anual.

Face ao período homólogo de 2014, esta rubrica registou um acréscimo de 682 mil euros.

ANALISE DOS DESVIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA ATÉ AO MÊS DE SETEMBRO 2015

Un:euros

RECEITAS	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL A 30/09/2015	GRAU DE EXECUÇÃO A 30/09/2015	DESVIO DE EXECUÇÃO			
	ANUAL	DUODECIMAL			VALOR FACE AO ANUAL	% FACE AO ANUAL	VALOR FACE AO MÊS SETEMBRO	% FACE AO MÊS SETEMBRO
RECEITAS CORRENTES								
01 IMPOSTOS DIRECTOS	27 156 950,00	20 367 712,50	22 548 563,26	83,03%	-4 608 386,74	-16,97%	2 180 850,76	10,71%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	891 679,00	668 759,25	707 407,45	79,33%	-184 271,55	-20,67%	38 648,20	5,78%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	872 800,00	654 600,00	342 727,36	39,27%	-530 072,64	-60,73%	-311 872,64	-47,64%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2 824 650,00	2 118 487,50	2 263 165,84	80,12%	-561 484,16	-19,88%	144 678,34	6,83%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8 073 021,00	6 054 765,75	6 102 101,64	75,59%	-1 970 919,36	-24,41%	47 335,89	0,78%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	623 050,00	467 287,50	505 881,35	81,19%	-117 168,65	-18,81%	38 593,85	8,26%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1 300 600,00	975 450,00	664 770,65	51,11%	-635 829,35	-48,89%	-310 679,35	-31,85%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	41 742 750,00	31 307 062,50	33 134 617,55	79,38%	-8 608 132,45	-20,62%	1 827 555,05	5,84%
RECEITAS DE CAPITAL								
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	59 350,00	44 512,50	12 419,12	20,93%	-46 930,88	-79,07%	-32 093,38	-72,10%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 102 258,00	826 693,50	620 995,93	56,34%	-481 262,07	-43,66%	-205 697,57	-24,88%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	818 050,00	613 537,50	4 528 027,53	553,51%	3 709 977,53	453,51%	3 914 490,03	638,02%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	150 000 150,00	0,00	0,00	0,00%	-150 000 150,00	-100,00%	0,00	0,00%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	81 500,00	61 125,00	9 259,94	11,36%	-72 240,06	-88,64%	-51 865,06	-84,85%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	69 000,00	51 750,00	253 713,01	367,70%	184 713,01	267,70%	201 963,01	390,27%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	152 130 308,00	1 597 618,50	5 424 415,53	3,57%	-146 705 892,47	-96,43%	3 826 797,03	239,53%
TOTAL DAS RECEITAS	193 873 058,00	32 904 681,00	38 559 033,08	19,89%	-155 314 024,92	-80,11%	5 654 352,08	17,18%

DESVIOS DA DESPESA

Do ponto de vista da execução orçamental da Despesa, há que salientar que a mesma registou uma taxa de execução ligeiramente inferior à taxa de execução da receita.

Utilizando o critério anual determinou-se 19,6% de execução, ficando ainda por cumprir 80,4% do orçamentado.

Esta taxa de execução da despesa situa-se em níveis muito baixos se compararmos com a taxa de execução média dos municípios portugueses que, em Dezembro de 2014, atingiu os 84,4% conforme apresentado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

A taxa de execução das Despesas Correntes aproximou-se dos 24,3%, contribuindo para isso as "Despesas com Pessoal", as "Outras Despesas Correntes", as "Transferências Correntes" e os "Juros e Outros Encargos" com respetivamente 60,8%, 48,9%, 41,6% e 27,4%.

Analisando na ótica da execução mensal (9 meses), verificaram-se, para todas as rubricas, taxas da execução significativa mais baixa do que o expetável.

Comparativamente com período homólogo de 2014, verificou-se um acréscimo da Despesa Corrente em cerca de 30,6%, onde os custos com as "Aquisições de Bens e Serviços" registram um acréscimo de 6,5 milhões de euros, pelas razões anteriormente mencionadas.

Já no que diz respeito à rubrica "Despesas com Pessoal", as mesmas agravaram-se em cerca de 3,2%, resultado essencialmente, do efeito de internalização das atividades da Portimão Urbis no Município de Portimão.

Quanto às Despesas de Capital, as quais, obtiveram uma execução anual residual de 10,1%, contribuindo para isso somente as rubricas "Transferências de Capital", com 19,8% "Passivos Financeiros", com 9,9% e "Aquisição de Bens de Capital" com 8,6%.

As rubricas da classificação económica que registaram os mais baixos graus de execução orçamental, face ao inicialmente previsto para 2015, estão diretamente relacionadas com o pagamento de faturas ou documentos equivalentes, incluídas no instrumento financeiro do FAM.

ANALISE DOS DESVIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA ATÉ AO MÊS DE SETEMBRO 2015

Un: euros

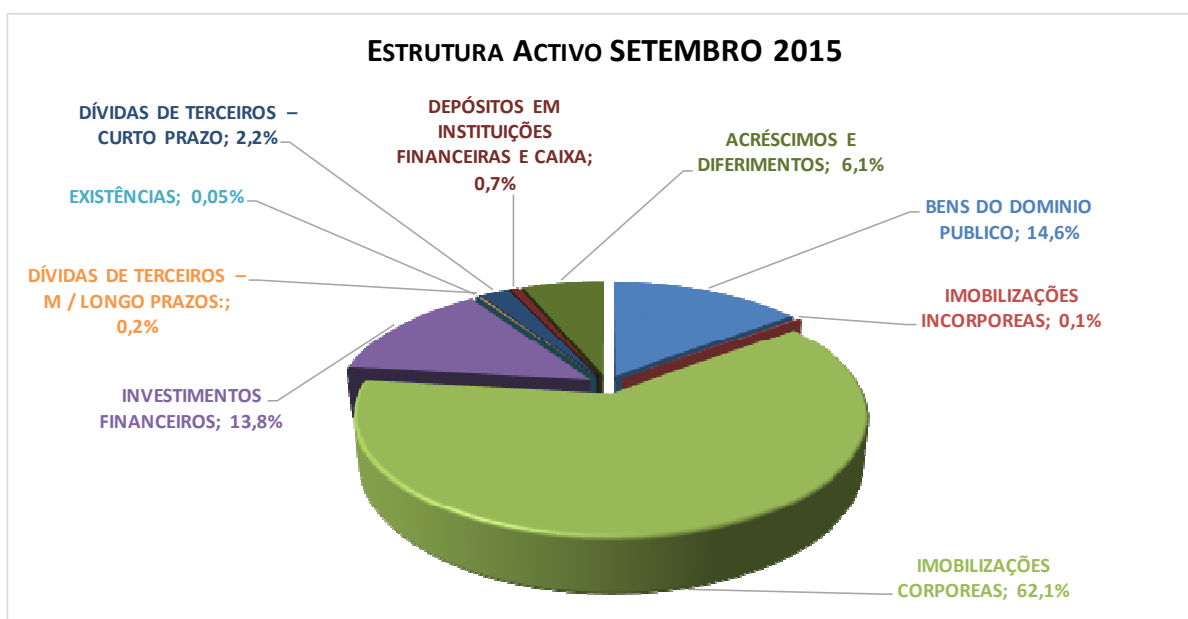
DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL A 30/09/2015	GRAU DE EXECUÇÃO A 30/09/2015	DESvio DE EXECUÇÃO			
	ANUAL	DUODECIMAL			VALOR FACE AO	% FACE AO	VALOR FACE AO	% FACE AO
			ANUAL	ANUAL	MÊS SETEMBRO	SETEMBRO		
DESPESAS CORRENTES								
01 DESPESAS COM O PESSOAL	18 263 000,00	13 697 250,00	11 100 888,74	60,78%	-7 162 111,26	-39,22%	-2 596 361,26	-18,96%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	41 873 976,00	31 405 482,00	10 780 156,66	25,74%	-31 093 819,34	-74,26%	-20 625 325,34	-65,67%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	11 766 555,00	8 824 916,25	3 224 136,63	27,40%	-8 542 418,37	-72,60%	-5 600 779,62	-63,47%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6 247 669,00	4 685 751,75	2 600 340,67	41,62%	-3 647 328,33	-58,38%	-2 085 411,08	-44,51%
05 SUBSÍDIOS	49 309 659,00	36 982 244,25	2 911 230,14	5,90%	-46 398 428,86	-94,10%	-34 071 014,11	-92,13%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 583 150,00	1 187 362,50	774 100,47	48,90%	-809 049,53	-51,10%	-413 262,03	-34,81%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	129 044 009,00	96 783 006,75	31 390 853,31	24,33%	-97 653 155,69	-75,67%	-65 392 153,44	-67,57%
DESPESAS DE CAPITAL								
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	29 849 676,00	22 387 257,00	2 571 609,01	8,62%	-27 278 066,99	-91,38%	-19 815 647,99	-88,51%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13 901 619,00	10 426 214,25	2 758 151,32	19,84%	-11 143 467,68	-80,16%	-7 668 062,93	-73,55%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	10 602 454,00	7 951 840,50	189 792,00	1,79%	-10 412 662,00	-98,21%	-7 762 048,50	-97,61%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	10 469 300,00	7 851 975,00	1 035 477,68	9,89%	-9 433 822,32	-90,11%	-6 816 497,32	-86,81%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	6 000,00	4 500,00	0,00	0,00%	-6 000,00	-100,00%	-4 500,00	-100,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	64 829 049,00	48 621 786,75	6 555 030,01	10,11%	-58 274 018,99	-89,89%	-42 066 756,74	-86,52%
TOTAL DAS DESPESAS	193 873 058,00	145 404 793,50	37 945 883,32	19,57%	-155 927 174,68	-80,43%	-107 458 910,18	-73,90%

DO PONTO DE VISTA DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

A análise do Balanço até ao mês de Setembro de 2015, comparativamente ao mesmo período de 2014 há a realçar as seguintes tendências:

- ✓ O Ativo Líquido Total diminuiu em cerca de 3,2 milhões de euros, essencialmente pelo decréscimo de 6,5 milhões de euros relativos à rubrica de Dividas de Terceiros e o decréscimo de cerca de 2,3 milhões de euros da rubrica de Acréscimos e Diferimentos. No entanto o Imobilizado registou um acréscimo de cerca de 4,6 milhões de euros contribuindo para isso a cedência gratuita a favor do Município de duas frações autónomas destinadas a estacionamento de viaturas e estabelecimento comercial e serviços no valor total de cerca de 4,4 milhões de euros.

- ✓ O Ativo em Setembro de 2015 apresenta-se estruturado em termos relativos na seguinte forma: 90,7% do mesmo representa o total do Imobilizado (88% média dos municípios em 2014), os Bens do Domínio Publico correspondendo a 14,6% (4,4% média dos municípios em 2014), Imobilizações Incorpóreas 0,1% (0,1% média dos municípios em 2014), Imobilizações Corpóreas 62,1% (45% média dos municípios em 2014), Investimentos Financeiros 13,8% (4% média dos municípios em 2014), Existências 0,05% (0,3% média dos municípios em 2014), Dividas a Receber 2,4% (2% média dos municípios em 2014), Disponibilidades 0,7% (3% média dos municípios em 2014) e Acréscimos e Diferimentos 6,1% (3% média dos municípios em 2014).



- ✓ Ao nível dos Fundos Próprios, verificou-se um crescimento global em cerca de 9 milhões de euros. Esta variação espelha principalmente uma inversão na tendência com um apuramento de “Resultados Líquidos do Exercício” em cerca de 1,4 milhões de euros positivos, e cerca de 5,2 milhões de euros positivos em Reservas onde consta a cedência gratuita de imóveis a favor do Município, apesar de constar um acréscimo negativo 5,8 milhões de euros em “Resultados Transitados”.
- ✓ O Passivo Total, registou uma diminuição de cerca de 12,2 milhões de euros, face ao mesmo período de 2014, motivado essencialmente pelo decréscimo nas rubricas “Dividas a Terceiros” em cerca de 17 milhões de euros (-10,7%), consequência da decisão política de liquidação de faturas em atraso com valores até 50 mil euros, bem como, de outros pagamentos e ainda na rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” em cerca de 528,6 mil euros.
- ✓ De referir o montante de Provisões para Riscos e Encargos na ordem dos 5,1 milhões de euros, foi constituído em Dezembro de 2014 e tem reflexos durante o período de resolução dos processos judiciais.

- ✓ Foi também contabilizado no final de 2014, e transportado para o saldo inicial de 2015, a dívida de médio e longo prazo para a subscrição das unidades de participação do Município de Portimão no Fundo de Apoio Municipal.

BALANÇO RELATIVO A 30 DE SETEMBRO DE 2015

ACTIVO	30/09/2015			30/09/2014	30/09/2015		30/09/2014
	Activo Bruto	Amortizações / Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido	FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO		
IMOBILIZADO	433 582 885	137 841 886	295 740 998	291 183 034	FUNDOS PRÓPRIOS		
Bens do domínio público	144 425 696	96 712 701	47 712 995	49 548 454	PATRIMÓNIO	218 641 157	217 546 656
Imobilizações Incorpóreas	3 246 053	2 794 520	451 533	577 921	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL	486 365	486 365
Imobilizações Corpóreas	240 754 895	38 334 665	202 420 230	198 196 310	RESERVAS	91 087 934	85 856 530
Investimentos financeiros	45 156 241	0	45 156 241	42 860 349	RESULTADOS TRANSITADOS	-170 343 184	-164 474 549
EXISTÊNCIAS	161 030	0	161 030	178 107	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	1 368 710	-7 171 469
DÍVIDAS DE TERCEIROS – M / LONGO PRAZOS:	491 169	0	491 169	554 305	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	141 240 982	132 243 532
DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO	9 700 202	2 387 200	7 314 301	13 778 262	PASSIVO		
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA	2 444 259	0	2 444 259	1 444 450	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	5 159 169	0
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	19 973 201	0	19 973 201	22 231 488	DÍVIDAS A TERCEIROS – M / LONGO PRAZOS	9 371 034	9 484 441
Acréscimos de proveitos	19 859 995	0	19 859 995	22 187 051	DÍVIDAS A TERCEIROS – CURTO PRAZO	132 074 250	148 833 522
Custos diferidos	113 207	0	113 207	44 437	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	38 279 524	38 808 151
					Acréscimos de custos	18 219 804	18 153 384
					Proveitos diferidos	20 059 720	20 654 767
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		137 841 886			TOTAL DO PASSIVO	184 883 977	197 126 114
TOTAL DE PROVISÕES		2 387 200			TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	326 124 959	329 369 646
TOTAL DO ACTIVO	466 352 747	140 229 086	326 124 959	329 369 646			

Da análise à Demonstração de Resultados, face ao período homólogo de 2014, há a destacar os seguintes comentários:

- ✓ Melhoria do “Resultado Líquido do Exercício”, invertendo-se a tendência dos últimos anos, apurando-se um resultado líquido positivo na ordem dos 1,4 milhões de euros. Relativamente ao montante apurado no período homólogo de 2014, podemos afirmar que o resultado líquido recuperou cerca de 8,5 milhões de euros, pois nesse ano registou-se um resultado líquido negativo de 7.171.469€.
- ✓ Os “Resultados Operacionais”, tiveram um comportamento favorável no mês de Setembro de 2015, registando uma diferença superior em 2,6 milhões de euros (+2611%) face a Setembro de 2014. Para tal, contribuiu para este resultado um acréscimo dos proveitos e ganhos operacionais com cerca de 2,5% (+621,3 mil euros) e uma diminuição dos custos operacionais em cerca de 8% (-1,9 milhões de euros).
- ✓ Analisando os “Resultados Financeiros”, os mesmos, e apesar de contribuírem negativamente

para os resultados (-1.978.457€), tendo-se registado mais custos que proveitos. Comparativamente com o mesmo período de 2014, obteve uma melhoria, em cerca de 35,5%. Os "Custos e Perdas Financeiros" registaram uma diminuição em cerca de 29% (-1,3 milhões de euros), por outro lado a receita financeira teve um ligeiro decréscimo em cerca de 15% (+212 mil euros).

- ✓ Já no que concerne aos "Custos e perdas Extraordinários" obteve-se uma melhoria face ao mesmo período de 2014, diminuindo esta rubrica em cerca de 46,2%. Relativamente aos "Proveitos e Ganhos Extraordinários", obteve-se uma melhoria considerável em cerca de 165% (+2,3 milhões de euros).
- ✓ Neste sentido, a melhoria do "Resultado Líquido do Exercício", está relacionada com a boa prestação dos "Resultados Operacionais" relativamente ao mesmo período do ano anterior, com um aumento nas rubricas dos Proveitos e Ganhos ("Vendas e Prestações de Serviços" (+10,4%), "Impostos e Taxas" (+2,5%), "Proveitos Suplementares" (+85,6%) e "Transferências e Subsídios Obtidos" (+2,4%)) e uma diminuição dos Custos e Perdas ("Fornecimento e Serviços Externos" (-23,2%), "Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais" (-37,8%), "Amortizações do Exercício" (-6,6%), "Provisões do Exercício" (-100%), e uma melhoria dos "Resultados Correntes" com uma evolução positiva em cerca de 723,1 mil euros (resultado de 2014 em cerca de - 3 milhões de euros).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 30 DE SETEMBRO DE 2015

Código Contas		30/09/2015	30/09/2014	Código Contas		30/09/2015	30/09/2014
	CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS		
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	280 015	268 665	71	Vendas e prestações de serviços:	520 372	471 176
62	Fornecimentos e serviços externos:	3 132 744	4 080 801	72	Impostos e taxas	17 654 666	17 273 771
64	Custos com o pessoal:	12 020 855	11 601 271	75	Trabalhos para a própria entidade	0	0
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1 555 610	2 502 743	73	Proveitos suplementares	98 580	53 128
66	Amortizações do exercício	4 994 074	5 348 418	74	Transferências e subsídios obtidos	6 767 180	6 601 852
67	Provisões do exercício	0	476 537	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	17 198	36 781
65	Outros custos operacionais	373 156	58 642				
	(A)	22 356 453	24 337 077		(B)	25 058 015	24 436 709
68	Custos e perdas financeiros	3 205 495	4 505 649	78	Proveitos e ganhos financeiros	1 227 038	1 439 069
	(C)	25 561 948	28 842 726		(D)	26 285 053	25 875 778
69	Custos e perdas extraordinários	3 002 602	5 578 632	79	Proveitos e ganhos extraordinários	3 648 207	1 374 110
	(E)	28 564 551	34 421 357				
88	Resultado líquido do exercício	1 368 710	-7 171 469				
	(X)	29 933 260	27 249 888		(F)	29 933 260	27 249 888
Resumo:							
Resultados Operacionais: (B - A)		2 701 562	99 632				
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-1 978 457	-3 066 580				
Resultados Correntes: (D - C)		723 105	-2 966 948				
Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		1 368 710	-7 171 469				

Cálculo das Capacidades de Endividamento do Município de Portimão

De acordo com o definido no Regime Financeiro das Autarquias Locais, o cálculo do limite da capacidade de endividamento, encontra-se espelhado no quadro seguinte:

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2015				
(€)				
RECETAS MUNICIPAIS CORRENTES LIQUIDAS COBRADAS				
	ANO 2012		34 995 816,11	
	ANO 2013		39 349 158,44	
	ANO 2014		42 374 827,00	
	TOTAL DAS RECETAS CORRENTES LIQUIDAS (ULTIMOS 3 ANOS)		116 719 801,55	
	MÉDIA DAS RECETAS CORRENTES LIQUIDAS (ULTIMOS 3 ANOS)		38 906 600,52	
	TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	38 906 600,52
	LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE ACORDO COM O DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 52.º DA LEI N.º 73/2013	-	-	58 359 900,78

Indicador de Limite da Dívida Total da Câmara Municipal de Portimão:

Assim, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o limite da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados e intermunicipalizados, entidades intermunicipais, entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, as cooperativas e as fundações e entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique...o controlo por parte do município...) não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada (pelo município e só por este) nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo define que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º (...incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito...), os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Sempre que um município não cumpra o limite no n.º 1 do artigo 52.º, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, ou seja quando o município está em excesso deve reduzir o remanescente de endividamento num prazo de 10 anos.

BALANÇO - PASSIVOS FINANCEIROS EM SETEMBRO DE 2015

(€)

CONTAS	
2312 Empréstimos Obtidos de m/l prazo	7 567 115,89
2681261 FAM - Médio Longo Prazo	1 803 917,72
	9 371 033,61
Dividas a terceiros - Curto Prazo	
2311 Empréstimos de curto prazo	3 000 000,00
2312 Componentes de Curto Prazo dos Empréstimos de Médio / Longo Prazo	7 528 770,25
2211 Fornecedores c/c	30 312 989,49
2212 Fornecedores c/c - Facturas em Factoring	58 026 356,56
228 Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferencia	1 559 262,53
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c	2 779 435,73
2613 Fornecedores de imobilizado c/c - Leasing	
2614 Fornecedores de imobilizado c/c - Facturas em Factoring	19 824 970,78
2618 Fornecedores de imobilizado c/c - Facturas em Recepção e Conferencia	107 435,57
24 Estado e outros entes públicos	401 464,68
252 Credores pela execução do orçamento	99 995,23
264 Administração autárquica	473 875,09
263+2684+26 Outros Credores	7 524 580,54
26856 Garantias e Cauções	401 834,59
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	33 279,33
	132 074 250,37
TOTAL	141 445 283,98
TOTAL DA DIVIDAS A TERCEIROS	141 445 283,98
CONTRIBUIÇÃO SM/AM/SEL/ENT. PART	32 199 226,83
DIVIDA TOTAL	173 644 510,81
DIVIDAS DE OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	679 192,15
SUBSCRIÇÃO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO FAM DE ACORDO COM AS ORIENTAÇÕES SATAPOCAL	2 131 899,61
DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	170 833 419,05

Desta feita e de acordo com o anteriormente disposto e com a metodologia de cálculo (saldo credor das contas de terceiros – operações orçamentais em 30 de Setembro de 2015 = < 1,5[(Receita Corrente Líquida N-1 + Receita Corrente Líquida N-2 + Receita Corrente Líquida N-3)/3]), no mês de Setembro de 2015 o município de Portimão, **excede o limite da dívida total municipal em cerca de 112.473.518€.**

Comparativamente com o período homólogo do ano de 2014 constata-se um aumento no excedente do limite da dívida em 21,3 milhões de euros, devido ao cumprimento da lei que estipula a contribuição das dívidas das empresas participadas pelo Município e o cálculo ao limite ao endividamento líquido ser ligeiramente superior na ordem dos 58,4 milhões de euros (56,6 milhões de euros em 2014).

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO EM SETEMBRO DE 2015 FACE AO LIMITES

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	112 473 518,28
	Margem	

Prazo médio de pagamento

De acordo com a fórmula de cálculo do prazo médio de pagamentos (PMP) efectuada pela DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) do Município de Portimão, no terceiro trimestre de 2015, última informação disponível por parte da DGAL, ascendeu a 1.775 dias, registando uma tendência sempre decrescente desde o início de Janeiro de 2015. O ultimo registo deste indicador detinha 2.218 dias, neste sentido até Setembro foi possível reduzir em 443 dias. Comparativamente com o período homólogo de 2014 o prazo medio de pagamento decresceu 269 dias.

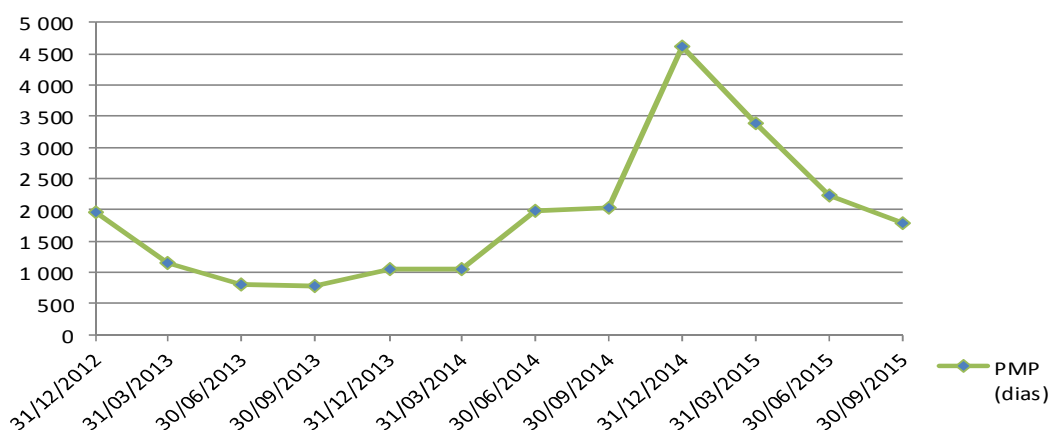
Invocando o Anuário e em termos comparativos com o final do ano de 2014, a média do universo dos Municípios em estudo, apresentou um Prazo Médio de Pagamentos de 110,7 dias e a média do PMP dos Municípios com PMP superior a 90 dias é de 386,4 dias. Neste mesmo período, o Município de Portimão detinha como índice 4.628 dias, conforme consta no quadro seguinte.

EVOLUÇÃO DO PMP (em dias) CÁLCULADO PELOS CRITÉRIOS DGAL

Data	31/12/2012	31/03/2013	30/06/2013	30/09/2013	31/12/2013	31/03/2014	30/06/2014	30/09/2014	31/12/2014	31/03/2015	30/06/2015	30/09/2015
PMP (dias)	1970	1140	801	780	1054	1055	1974	2044	4628	3391	2218	1775

Fonte:DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais

PMP (dias)



Contudo, não deixa de ser importante referir, que o cálculo do PMP – Prazo Médio de Pagamento está negativamente influenciado pela titularização de faturas em operações financeiras, nomeadamente, “factoring” que, por dificuldades de tesouraria do município de Portimão, têm vindo a serem

prorrogadas com o acordo das instituições financeiras. Com a operacionalização do instrumento financeiro FAM, este índice (PMP) reduzirá drasticamente.

Para o cálculo do índice, a DGAL efetua o apuramento com base nos dados recolhidos junto dos Municípios, nos últimos quatro trimestres, utilizando para tal a fórmula de cálculo:

$$PMP = \frac{\sum_{i=1}^4 DF}{\sum_{i=1}^4 A} \times 365$$

Para o cálculo das Demonstrações Financeiras (DF), recorre-se ao somatório dos saldos das contas 22, 252, 261 265, 266 e a 267 sendo efetuado uma média referente aos últimos quatro trimestres. Relativamente à aquisição de bens e serviços efetuados em cada trimestre (A), o cálculo do índice recorre-se aos saldos das contas 31, 62, 42,445 e 45. Importa referir que se tratar de somatório dos quatro últimos trimestres.

Pagamentos em atraso

De acordo com o disposto na legislação em vigor, nomeadamente, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e no Orçamento do Estado para o ano de 2015, o Município de Portimão não pode ter Pagamentos em Atraso num mês superiores ao do mês anterior.

Na verdade, o Município está obrigado a reportar mensalmente à DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, o resultado dos Pagamentos em Atraso.

A evolução do cálculo dos pagamentos em atraso tem sido gradualmente positiva, tendo vindo a registar-se um decréscimo sustentado, conforme quadro seguinte:

EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

DATA	31/12/2014	31/01/2015	28/02/2015	31/03/2015	30/04/2015
MONTANTE PA	86 533 149,94 €	85 782 332,80 €	85 631 545,36 €	85 405 195,38 €	80 488 990,88 €
DATA	31/05/2015	30/06/2015	31/07/2015	31/08/2015	30/09/2015
MONTANTE PA	79 296 223,20 €	30 484 661,95 €	5 992 976,39 €	5 545 847,97 €	5 518 840,90 €

Fonte:DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais

No entanto, tem-se registado um decréscimo abrupto desde o mês de Junho de 2015, motivado pela celebração de um conjunto de acordos de regularização da dívida entre o Município e os seus credores que teve influência positiva neste índice.

Fundo disponíveis

Este indicador demonstra a capacidade de o Município de Portimão proceder a novos compromissos (processo de despesa).

O cálculo do F.D., em 2014, registou oscilações negativas acima dos 100 milhões de euros.

Em 2015, verificou-se uma inversão muito positiva no comportamento do indicador, ao qual, não será alheio o esforço de pagamentos efetuados pelo Município, bem como, a elaboração de acordos de regularização de dívida entre o Município e os seus credores, atingindo em Setembro de 2015 os 44,4 milhões de euros negativos, conforme consta no quadro seguinte.

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

DATA	31/12/2014	31/01/2015	28/02/2015	31/03/2015	30/04/2015
MONTANTE PA	- 74 432 755,20 €	- 91 232 079,75 €	- 96 750 532,74 €	- 92 431 127,72 €	- 84 905 744,18 €
DATA	31/05/2015	30/06/2015	31/07/2015	31/08/2015	30/09/2015
MONTANTE PA	- 85 056 934,90 €	- 29 904 974,76 €	- 43 943 037,71 €	- 38 948 111,27 €	- 44 417 493,02 €

Fonte: DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais

REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI), aborda-se o assunto relativo ao "Equilíbrio orçamental", onde se prevê o seguinte:

1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 – O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 – Para efeitos do disposto no n.º2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo”.

O art. 83º do mesmo diploma legal, intitulado de “Disposições finais e transitórios”, prevê ainda, relativamente ao equilíbrio orçamental, que:

“Para efeitos do n.º 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”

De referir que o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, em cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental. Noutro sentido, que o controlo e a demonstração do cumprimento da referida regra não decorra, diretamente dos documentos estipulados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) ao nível da contabilidade orçamental.

Assim, aconselha-se que a referida demonstração, seja efetuada da seguinte forma:

- No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, n.º1, al. a), do RFALEI;
- Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada aos órgãos ou eleitos locais competentes para a sua aprovação;
- Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas.

CÁLCULO DO DESVIO DA REGRA DE EQUILIBRIO ORÇAMENTAL NO FINAL DE SETEMBRO DE 2015, DE ACORDO COM A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA DESPESA E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Un: euros

CÁLCULO PREVISIONAL DA REGRA DE EQUILIBRIO ORÇAMENTAL PARA SETEMBRO DE 2015, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 40.º, DA LEI N.º 73/2013	CÁLCULO DA REGRA DE EQUILIBRIO ORÇAMENTAL								
	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			FACTURADO			DESPESA PAGA		
	DO EXERCÍCIO ANTERIOR	DO EXERCÍCIO	TOTAL	DO EXERCÍCIO ANTERIOR	DO EXERCÍCIO	TOTAL	DO EXERCÍCIO ANTERIOR	DO EXERCÍCIO	TOTAL
A - Receitas Correntes Setembro de 2015	33 134 618 €	33 134 618 €	33 134 618 €	33 134 618 €	33 134 618 €	33 134 618 €	33 134 618 €	33 134 618 €	33 134 618 €
B - Amortização média dos EMLP	1 692 787 €	1 692 787 €	1 692 787 €	1 692 787 €	1 692 787 €	1 692 787 €	1 692 787 €	1 692 787 €	1 692 787 €
C- Montante Máximo das Despesas Correntes a Considerar (A-B)	31 441 831 €	31 441 831 €	31 441 831 €	31 441 831 €	31 441 831 €	31 441 831 €	31 441 831 €	31 441 831 €	31 441 831 €
D - Despesas Correntes Setembro 2015	87 806 270 €	32 103 376 €	119 909 647 €	87 708 029 €	21 668 200 €	109 376 229 €	13 132 315 €	18 258 538 €	31 390 853 €
Desvio do Cálculo da Regra do Equilíbrio Orçamental Previsional Para Setembro de 2015	-56 364 439 €	-661 545 €	-88 467 816 €	-56 266 198 €	9 773 631 €	-77 934 398 €	18 309 516 €	13 183 293 €	50 978 €

No mapa em epígrafe consta o valor da receita corrente bruta realizada até Setembro de 2015, que corresponde às rubricas dos capítulos 01 a 08 do classificador económico previsto no DL n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, na ordem dos 33.134.618€;

Somatório da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazos até Setembro de 2015, calculado da seguinte forma: empréstimos de médio e longo prazos existentes à data de entrada em vigor do RFALEI (art. 83º) - divisão do capital em dívida à data de entrada em vigor do RFALEI (1/JAN/2014) pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

Restantes empréstimos de médio e longo prazos (art. 40º, n.º 4, do RFALEI) – divisão do capital contraído (ou seja, utilizado) pelo número de anos do contrato (prazo de vencimento do contrato), independentemente do seu pagamento efetivo.

Em ambos os casos anteriormente referidos, são também considerados os empréstimos que, eventualmente, se encontrem em período de carência, pois, para este efeito, o decurso desse período é indiferente, uma vez que é abrangido pelo prazo de vencimento do contrato, relevando, respetivamente, o capital em dívida e o capital utilizado.

A amortização média do conjunto de empréstimos de médio e longo prazos, prevista no art. 40º, n.º 2, do RFALEI, corresponde à soma da amortização média de cada um dos empréstimos em vigor, calculada nos termos referidos anteriormente, que em setembro de 2015 ascendia a 1.692.787€;

Por seu lado, a despesa corrente realizada até Setembro de 2015, corresponde às rubricas que integram os agrupamentos 01 a 06 do classificador económico previsto no DL n.º 26/2002, de 14 de

Fevereiro, na ordem dos 31.390.853€.

Deste modo, o Município de Portimão, de acordo com a análise e considerando a execução orçamental para o Setembro de 2015, está em cumprimento relativamente à regra de equilíbrio orçamental, em cerca de 50.978€, já que a receita corrente bruta cobrada é superior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos EMLP.

Conclusão

O ano de 2015, será caracterizado pela candidatura do Município de Portimão ao procedimento do FAM. Por seu lado, o orçamento da receita e da despesa do Município para o ano de 2015, está em linha com o Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal de Portimão e em vigor, verificando-se ainda os seguintes desequilíbrios estruturantes:

- **Fraca execução orçamental da Receita, na ordem dos 19,8% (38.559.033€), face ao orçamentado (193.873.058€), onde consta inscrito um passivo financeiro ainda a receber referente ao empréstimo no âmbito do FAM.**
- **Fraca execução orçamental da Despesa, na ordem dos 19,6% (37.945.883€), face ao orçamentado, motivado pela dívida acumulada. Espera-se uma reversão com a operacionalidade dos empréstimos FAM.**
- **Elevado nível de compromissos assumidos e não pagos que até Setembro de 2015, atingiram os 133.534.367€, contudo a demonstrarem claramente uma inversão face a anos anteriores, a atingirem uma diminuição em cerca de 15,9 milhões de euros face ao mesmo período de 2014.**
- **Inexistência de Fundos Disponíveis que, em Setembro de 2015, atingiram os 44.417.493€ negativos, e em franca redução refletindo o esforço de pagamentos efetuados pelo Município;**
- **Redução dos pagamentos em atraso que em Setembro de 2015, atingiu os 5.518.841€, com prazo médio de pagamentos de 1.775 dias (últimos dados da DGAL à data de 30/09/2015).**
- **Redução do Prazo Médio de Pagamentos em cerca de 443 dias face à última avaliação (30/06/2015).**
- **Reduzida capacidade do Município recorrer a produtos financeiros, nomeadamente com factoring e empréstimos de curto, médio e longo prazo, apenas FAM;**
- **Excesso de endividamento Líquido Municipal em cerca de 112,4 milhões de euros,**

motivado pela contribuição da dívida das empresas participadas do Município (Portimão Urbis E.M. S.A.).

- **Melhoria na receita, com um acréscimo de 17,8% face ao ano de 2014**
- **Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, onde a receita corrente bruta cobrada é superior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos EMLP, apurando-se um saldo superior em 0,2%.**